

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPIGUÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO RENASCER, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, OBJETO DESTES INSTRUMENTOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPIGUÁ-SP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.528.506/0001-30, com sede na Rua do Comércio, nº 171, Centro, Ipiguá/SP, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Efraim Garcia Lopes**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 12.144.303-6 SP/SSP, inscrito no CPF nº 030.566.188-43, residente e domiciliado na Estância Silvana, CEP: 15.108-000, no município de Ipiguá/SP.

CONTRATADO(A): ASSOCIAÇÃO RENASCER, inscrita no CNPJ nº 71.744.007/0001-66, com sede na Av. Amélia Cury Gabriel, 4701, Jardim Soraia, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15075-220, neste ato representada por seu presidente, **Sr. Aparecido Ferreira Pacheco**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 7.546.299-0 SSP/SP, e inscrito no CPF nº 428.673.558-34, residente e domiciliado na Rua Antonio de Jesus nº 350, Q 01, Condomínio Damha II.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE IPIGUÁ**, já qualificado, doravante denominada **CONCEDENTE** e do outro **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DA ASSOCIAÇÃO RENASCER**, já qualificada, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e pela Lei Municipal nº 820/2022, na Instrução nº 001/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Fomento 02/2022**.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento 02/2022 tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO RENASCER**, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução atendimento educacional, em ensino especial ou fundamental, de 1ª a 3ª série, para até 08 (oito) educandos com deficiência intelectual, sendo de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 – São obrigações comuns dos PARCEIROS:

2.1.1 – Conjuguar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;

2.1.2 – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceira;

2.1.3 – Promover o registro das informações cabíveis em plataforma eletrônica disponibilizada quando houver;

2.1.4 – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externos e nos limites de sua competência específica, informações relativas a parceria independente de autorização judicial; e

2.1.5 – Priorizar busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.

2.2 – São obrigações do MUNICÍPIO:

2.2.1 – Efetuar o repasse de recursos necessários a execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na cláusula terceira.

2.2.2 – Apoiar a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceira, conforme o Plano de Trabalho;

2.2.3 – Direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes e técnicos da **ASSOCIAÇÃO RENASCER**

2.2.4 – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente a parceira aos integrantes da **ASSOCIAÇÃO RENASCER**;

2.2.5 – Designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.2.6 – Publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município e respectivas alterações, se for o caso;

2.2.7 – Supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;

2.2.8 – Analisar as prestações de Contas na forma das cláusulas sexta e sétima deste instrumento;

2.2.9 – Aplicar as penalidades previstas e proceder as sanções administrativas necessárias a exigência da restituição dos recursos transferidos.

2.3 – São obrigações da **ASSOCIAÇÃO RENASCER**:

2.3.1 – Desenvolver, em conjunto com o **MUNICÍPIO** o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando ao **MUNICÍPIO** as devidas informações sempre que solicitado;

2.3.2 – Realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito as despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;

2.3.3 – Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto desta parceria, conforme cláusula terceira;

2.3.4 – Manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;

2.3.5 – Alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras, de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como **receita própria ou pagamento por prestação de serviços**;

2.3.6 – Não remunerar com os recursos repassados: (I) membro do Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (II) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão

ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses prevista em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (III) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

2.3.7 - Efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei nº 13.019/2014 e/ou na Lei Municipal nº 820/2022.

2.3.8 - Zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

2.3.9 - Prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

2.3.10 - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do **MUNICÍPIO** sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

2.3.11 - Prestar contas na forma fixada na cláusula sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10(dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

2.3.12 - Comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até 30 (trinta) dias da data de registro no órgão competente;

2.3.13 - Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração nº 02/2022, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

2.3.14 - Manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência de parceria; e

2.3.15 - Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.



2.3.16 - Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

2.3.17 - Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas de programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

2.3.18 - Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamentos dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

2.3.19 - Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e custos previstos;

2.3.20 - Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

2.3.21 - Comprovar a forma integral no final do Termo todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

2.3.22 - Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais ou serviços;

2.3.23 - Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Dá-se como valor ao objeto, ora pactuado, para a presente parceria a importância de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** nos termos da Lei municipal nº 820/2022. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil proponente, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.



3.2 - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos de dívida pública, todos com liquidez, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 - O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado em o 10º (décimo) dia do mês.

3.1.1 - A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá enviar Recibo/Solicitação de Repasse, conforme modelo disponibilizado pelo **MUNICÍPIO**, no 1º (primeiro) dia útil do mês, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, para fins de liquidação e pagamento do repasse.

3.4 - Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência ou instituição financeira pública.

3.4.1 - Os valores a repassar serão depositados na **Conta Corrente 151019-3, agência 0057-4, no Banco do Brasil (001)**.

3.4.2 - Excepcionalmente na hipótese de não haver isenção de tarifa bancária pela instituição financeira, após comprovação da negativa por parte da instituição financeira a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá providenciar comunicação formal ao **MUNICÍPIO** a fim de que o mesmo possa tomar as devidas providências.

3.5 - Os rendimentos ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 - As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento 02/2022, ocorrerão a conta de recursos alocados no respectivo orçamento do **MUNICÍPIO**, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha: 160-1 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Unidade Orçamentária

02 - Executivo

090 - Ensino Fundamental

Funcional Programática

12 - Educação

367- Educação Especial

014 - ENSINO FUNDAMENTAL

2.050- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



335043-00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

Fonte de Recurso 1-TESOURO

Código de Aplicação 240.0 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.7 – As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência do cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei complementar nº 101 de 3 de maio de 2000, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, e na Lei Municipal nº 820/2022, vedada sua utilização em finalidades diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 – Toda movimentação de recurso no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita a identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, por meio da transferência eletrônica disponível – TED – Documento de Ordem de Crédito – DOC – PIX (Banco Central), débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos a identificação do beneficiário final.

4.3 – Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior a vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no Plano de Trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.3.1 – O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução de parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

4.4 – O **MUNICÍPIO** reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** nas hipóteses e condições previstas no item 7.9 deste Termo.

4.5 – Fica proibido:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo;
- d) Utilizar recursos para finalidades diferente de prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com o posterior ressarcimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** é exclusivamente responsável pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do Termo de Colaboração 02/2022, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 – A inadimplência da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** em relação as obrigações previstas no item anterior não transfere ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 – A remuneração de equipe de trabalho com recurso transferidos pelo **MUNICÍPIO** não gera vínculo trabalhista ao **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 – A prestação de contas tem por objeto o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá apresentar, **mensalmente**, relatório de execução do objeto, que deverá conter:

- a) Descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- b) Demonstração do alcance das metas;
- c) Documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definido no Plano de Trabalho como meios de verificação, como lista de presença, fotos, vídeos e outros;
- d) Documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
- e) Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) Justificativa na hipótese do não cumprimento do alcance das metas.

6.2.1 – O relatório de que trará este item deverá fornecer elementos para avaliação:

- a) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.3 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá obter seus fornecedores e prestadores de serviços de notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome ou número de inscrição de CNPJ da ASSOCIAÇÃO RENASCER e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço para fins de comprovação das despesas, com a devida identificação da parceria celebrada.

6.3.1 – Fica vedado o uso de informações genéricas ou sem especificação dos serviços efetivamente prestados ou produtos entregues, sob pena de glosa do recurso.

6.3.2 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá enviar os dados de que trata o item anterior até o vigésimo dia do mês subsequente a liquidação da despesa, sendo obrigatória a inserção de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

6.4 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos a execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas;



6.5 – Quando descumprida as obrigações constantes do item 6.2 e 6.3, nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** será notificada para apresentar o relatório de execução financeira, no prazo de 15 (quinze) dias, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) relação das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;
- b) extratos de conta bancária específica;
- c) memória de cálculo do rateio de despesas, quando for o caso;
- d) cópia simples das notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- e) justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes.

6.5.1 – A memória do cálculo referida na letra “c” deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceira, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.6 – Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no **Plano de Trabalho até 28 (vinte e oito) de fevereiro do exercício seguinte.**

6.6.1 – Nas parcerias com vigência inferior a um ano, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá apresentar a prestação de contas em até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento da parceria.

6.7 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução de objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2.

6.8 – Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento de saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.9. – O **MUNICÍPIO** analisará a prestação de contas final em até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

6.10 – A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitarão a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** de participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Pública Municipal.

6.11 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos os juros legais, na forma de legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falha de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.12 – Compromete-se, ainda a **ASSOCIAÇÃO RENASCER**, a recolher a conta do **MUNICÍPIO** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 – As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada;

7.2 – Cabe ao **MUNICÍPIO** exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio.

7.3 – O **MUNICÍPIO** designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município.

7.4. - O **MUNICÍPIO** poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação a análise dos relatórios da execução do objeto ou de execução financeira, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação.

7.5 - O **MUNICÍPIO** designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.6 - O gestor emitirá Relatório técnico de Monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.7 - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, os gestores da parceria notificarão a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Relatório de Execução Financeira, nos termos do item 6.5 deste instrumento.

7.8 - As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

a) a análise das informações da parceria constantes da documentação que comprove o pagamento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias até vinte dias após o vencimento da obrigação.

b) medidas adotadas par atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;

c) a verificação da existência de denúncias aceitas.

7.9 - Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceira constate a existência de evidencias e irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** em relação as obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração 02/2022; ou em que a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo **MUNICÍPIO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o **MUNICÍPIO** poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.10 - Na hipótese de existência ou irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral de parceira, determinando a devolução

dos valores repassados relacionados a irregularidade ou referida revolução, a instauração de tomada de constas especial.

7.11 – O **MUNICÍPIO** deverá informar ao Controle Interno e a Procuradoria Jurídica sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.12 – A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo **MUNICÍPIO**, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA- DAS SANÇÕES

8.1 – Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o **MUNICÍPIO** poderá aplicar a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** as sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidades, na forma da Lei nº 13.019/14 e Lei Municipal nº 820/2022, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da **ASSOCIAÇÃO RENASCER**.

8.2 – Nas hipóteses dos itens 12.1 e 12.2 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar a:

8.2.1 – Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgão e entidades do **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 – Declaração de idoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidade de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o **MUNICÍPIO**, que será concedida sempre que a O.S.C. ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 – Na hipótese do item 12.2. desta cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao **MUNICÍPIO**.

8.3.1 – Havendo constatação de prejuízo para o **MUNICÍPIO**, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de

celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de um ano;

8.3.2 – Passado prazo de um ano e perdurado os motivos determinantes da punição, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** será declarada inidônea para participar do chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.

8.4 – Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 – A **ASSOCIAÇÃO RENASCER** compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal 13.019/14, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

9.2 – Fica vedada pela **ASSOCIAÇÃO RENASCER** a utilização de símbolos partidários e/ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

9.3 – O extrato do presente Termo, bem como seus aditivos, será publicado em Diário Oficial utilizado pelo **MUNICÍPIO**, em conformidade com o art. 38 da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 – Este Termo de Colaboração 02/2022, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de **01 de abril de 2022** e a se encerrar ao término de sua vigência que será no dia **01 de abril de 2023**, possibilitada a sua prorrogação.

10.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração do seu objeto.

10.3 – A alteração do prazo de vigência do Termo de Colaboração 02/2022, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período de atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1 – Este Termo de Colaboração nº 02/2022, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela **ASSOCIAÇÃO RENASCER** com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 – É vedada a alteração do objeto do Termo de Colaboração 02/2022, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitado as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 – Esta parceria poderá ser rescindida quando:

- a)** ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;
- b)** quando a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** não sanar as impropriedades;
- c)** pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;
- d)** for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 – Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 – Fica desde já definida a titularidade da **ASSOCIAÇÃO RENASCER** acerca dos bens permanentes adquiridos e/ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o **MUNICÍPIO** reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1. – Os materiais permanentes reavidos pelo **MUNICÍPIO**, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de notificação da rescisão dessa parceria.

13.3 – É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e/ou produzidos em razão de execução deste Termo.

13.4 – Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada a celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1 – Nas hipóteses que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a **ASSOCIAÇÃO RENASCER** contrata quaisquer serviços dos quais decorrem bens previstos no item 13.4, fica a O.S.C. obrigada a contar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 – Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São José do Rio Preto/SP, para dirimir conflitos decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – É de prerrogativa do **MUNICÍPIO** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

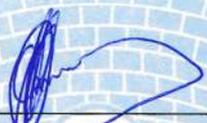
15.2 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionadas neste instrumento.



E, por estarem acordados os termos dessa parceria, as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Ipiguá/SP, 01 de abril de 2022.

CONTRATANTE:



EFRAIM GARCIA LOPES
MUNICÍPIO DE IPIGUÁ - SP.

CONTRATADA:



APARECIDO FERREIRA PACHECO - PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO RENASCER -

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG: